



PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2024.

MINUTA DE EDITAL

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 08/04/2024 às 10h (horário de Brasília), no site http://www.licitanet.com.br.	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 03/04/2024.	
Objeto:		
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM BOMBAS INJETORAS, INJEÇÃO ELETRÔNICA E DEMAIS SERVIÇOS EM VEÍCULOS, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.		
Valor Estimado da Contratação (Global)		
R\$949.043,75 (Novecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)		
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual
Sim	Não	ARP
Forma de Adjudicação	Modo de Disputa	Intervalo mínimo entre lances
Por item	Aberto	

Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige Amostra/Demonstração?
Sim	Não	Não	Não
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:			
02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.			
Telefone para contato:		E-mail para contato:	
(069) 3641-2463		cpl@altafloresta.ro.gov.br	
B Observações Gerais:			
<ul style="list-style-type: none">- Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes deverão apresentar, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.- Os documentos complementares à proposta e à habilitação serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo constante neste Edital.			



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI-ME-EPP MINUTA EDITAL

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste, inscrito no **CNPJ sob o n. 15.834.732/0001-54**, torna pública a realização do presente Pregão Eletrônico, do tipo **menor preço**, para aquisição do objeto abaixo descrito.

A licitação, autorizada no **Processo Administrativo SEI nº.377/2024** será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06 e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, independentemente de sua transcrição, e pelas condições constantes neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30, **pelos telefones (69) 3641-2463, ou pelo e-mail: cpl@altaflorsta.ro.gov.br**. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no portal transparência (www.altafloresta.ro.gov.br) e no

1. DO OBJETO

1.1. Realização de Pregão Eletrônico por SRP, **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM BOMBAS INJETORAS, INJEÇÃO ELETRÔNICA E DEMAIS SERVIÇOS EM VEÍCULOS**, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

1.2. Especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) sendo vedada cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.

2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do edital.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste- Rondônia.

3. DA COMUNICAÇÃO

3.1. Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:

I - Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema Licitanet;

II - Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).

3.2. No caso de comunicação por e-mail, a ciência do ato dar-se-á na data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação ao término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

3.3. Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá ser feito ao e-mail institucional **cpl@altafloresta.ro.gov.br**, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES



4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame.

4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

4.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. Restrições à participação de pessoas físicas e/ou jurídicas (no que couber) e sem prejuízo de outras previsões legais específicas:

I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II - Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

III - Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

IV - Empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, IV da Lei n. 14.133/2021;

V - Em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

VI - Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;

VII - Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Órgão;

VIII - Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar;

IX - Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital - nos casos de Edital de licitação para registro de preços, na forma do art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021.

X - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XI - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

XII - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

XIII- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que



deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.5.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos XI e XII do item 4.5 deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.5.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.5.3. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em português (ou traduzidos por tradutor juramentado).

4.7. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

5.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço **cpl@altafloresta.ro.gov.br**, não suspendendo os prazos previstos no certame.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/21.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DO CREDENCIAMENTO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.licitanet.com.br.

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital

6.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados no **subitem 4.2**.

6.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

6.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.



6.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D oeste-RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros

6.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.10. **NO QUE TANGE A ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA**, para que possam participar do presente pregão (*Como ME-EPP-MEI*), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

6.11. O licitante deverá inserir sua proposta inicial informando o valor unitário e o valor total proposto para cada item ofertado e deverá manifestar todas as declarações exigidas pelo sistema eletrônico.

6.12. Ao inserir a proposta no sistema, o licitante deverá preencher a “Descrição detalhada do objeto ofertado”, devendo constar os dados necessários ao exame de adequabilidade da proposta com o objeto licitado.

6.13. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

7. DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

7.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do termo de referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

7.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

7.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:
I - Cotação de objeto diverso;

II - Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;

III - Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

IV - Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;

V - Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;

VI - Proposta definitiva e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

7.4. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.2. O critério de julgamento desta licitação será o descrito no item 1 do presente Edital.

8.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO ou ABERTO-FECHADO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.5. Se usado o modo de disputa aberto:

8.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.6. Se usado o modo de disputa aberto e fechado:

8.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, o que ocorrerá em até 10 (dez) minutos. Após esse tempo a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

8.6.2. Encerrado os prazos previstos no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante autor da oferta de valor mais baixo e os licitantes que ofereceram lances com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de até cinco minutos.

8.6.2.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado.

8.6.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.6.4. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.6.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.



8.6.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.6.7. Ao final da etapa de lances, ocorrendo empate ficto de ME/EPP (art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06) o sistema eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos de preferência.

8.6.8. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

8.6.9. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para a resposta de dúvidas por parte do pregoeiro, bem como negociação de valores, sob pena de desclassificação.

8.6.10. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras (no sítio www.licitanet.com.br), em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após ao aviso.

8.8. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

9.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

9.2. A obtenção de benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação, em atendimento ao previsto no artigo 4º da Lei n. 14.133/2021.

9.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.



9.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

10. DO JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando os critérios de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. Após a negociação, o pregoeiro/agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas -CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

10.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.4.2. Na ocorrência citada no item 10.4, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o licitante provisoriamente classificado deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema LICITANET.

10.8. O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

10.9. Será desclassificada a proposta que:

10.9.1. conter vícios insanáveis;

10.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



10.10. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se em anexo a este edital.

11.2. Os licitantes deverão, sob pena de desclassificação, apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.3. Serão consultados, ainda, para fins de habilitação:

I - As declarações prestadas em campo próprio do sistema;

II - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual n. 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;

III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

IV - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

V - Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo;

VI - Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

11.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

I - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

II - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

III - Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

11.5. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

11.6. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Licitanet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste.

12. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Caberá recurso em face de:

I - Julgamento das propostas;

II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - Anulação ou revogação da licitação;

12.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:



I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

12.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I - O prazo para manifestação é de 30 (trinta) minutos;

II - Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III - A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

12.5. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

12.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12.9. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.10. A adjudicação do objeto e a homologação do resultado deste pregão compete ao ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste.

13. DAS PENALIDADES

13.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

I - Advertência;

II - Multa moratória;

III - multa contratual;

IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

13.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

14. DOS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DO CERTAME

14.1. A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual.

14.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

14.3. A adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura do contrato, no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

14.4. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, serão realizados de acordo com as disposições constantes na Lei 14.133/21 e nos regulamentos internos da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste.

14.5. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste realizará o pagamento ao contratado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência /Projeto Básico, e em conformidade com as disposições estabelecidas no regulamento interno de ordem cronológica de pagamentos.

14.6. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento base, cujo índice será o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Instrumento Contratual.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste é o único órgão gerenciador do presente registro de preços, nos casos em que couber.



15.2. Após a declaração do vencedor do certame, os licitantes receberão um e-mail, enviado pelo sistema eletrônico, informando a data/hora-limite para o cadastro de reserva (mínimo de 24h), para que os fornecedores enviem sua proposta comercial ajustada, inclusive com indicação de todos os requisitos e documentos exigidos para fins de julgamento em relação à qualidade e quantidade do objeto proposto para o item/lote disputado, ao mesmo preço do vencedor do certame, caso este se recuse a assinar o contrato.

15.3. A manifestação de interesse dos licitantes será realizada por meio do efetivo envio da proposta após a hora de envio de anexo pelo sistema.

15.4. Caso o objeto ofertado pelo licitante não atenda especificações técnicas contidas no termo de referência, haverá a desclassificação da proposta pelo pregoeiro e o indeferimento para compor o cadastro de reserva.

15.5. A apresentação da proposta na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

15.6. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva, limitando-se a no máximo 2 (dois) licitantes para o cadastro de reserva.

15.7. A ordem de classificação dos licitantes registrados será respeitada nas contratações e será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a ata, bem como quando o fornecedor registrado tiver seu registro cancelado, de acordo com os §§ 2º e 7º do artigo 90 da Lei 14.133/21.

15.8. Para o registro dos preços dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

15.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

15.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - Por razão de interesse público; ou

II - A pedido do fornecedor, nos termos do art. 82, inciso IX da Lei 14.133/2021.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

16.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

16.3. A contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail), o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.

16.4. Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

16.5. Integram este edital os anexos a seguir:

Anexo I – ETP e Termo de referência;

Anexo II – Orientações e modelo de propostas;

Anexo III – Relação de documentos de habilitação;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;



•Estado de Rondônia•
PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO

Alta Floresta D'Oeste - RO, 15 de marco de 2024.

Ederson Luiz Savegnago

Secretário Municipal

De Infraestrutura

Portaria n.º 240/2021/GAB



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE

- 1.1.** As unidades requisitantes da presente contratação é a Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE.

2. OBJETO

- 2.1.** **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM BOMBAS INJETORAS, INJEÇÃO ELETRÔNICA E DEMAIS SERVIÇOS EM VEÍCULOS**, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 2.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da ata, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 2.3.** A presente contratação será realizada por meio de rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** Os serviços a serem contratados serão utilizados para realizar conserto em veículos tipo camionete, caminhão, retroescavadeira, pá carregadeira e escavadeira hidráulica que compõem a frota oficial de veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Onde essa secretaria possui o seguinte quantitativo de veículos em pleno funcionamento atualmente:
- a) Camionete = 7 unidades;
 - b) Retroescavadeira = 7 unidades;
 - c) Caminhão = 17 unidades;
 - d) Pá carregadeira = 3 unidades;
 - e) Escavadeira hidráulica = 4 unidades;
 - f) Motoniveladora = 5 unidades.
- 3.2.** Considerando que se faz necessário a contratação uma vez que a Secretaria Municipal de Infraestrutura depende diariamente de diversos veículos que realizar a demanda de serviços que são de responsabilidade dessa secretaria. Visto que são realizados serviços de manutenção e recuperação das estradas vicinais, manutenção e construção de pontes, manutenção e construção de bueiros, saídas de água, manutenção e recuperação de ruas e avenidas do município e demais serviços que são realizados por essa secretaria.
- 3.3.** Devido a utilização diária dos veículos, ocorre um maior desgaste nas peças que compõem os veículos, fazendo com que seja necessário a realização de manutenção e conserto com maior frequência para que os mesmos estejam aptos a ser utilizados e assim atender a demanda de serviços que chegam até essa secretaria.
- 3.4.** Vale destacar que o município possui uma extensa malha viária não pavimentada e no período chuvoso na região diversas estradas vicinais ficam danificadas e necessitam ser recuperadas para que os munícipes consigam transitar. Portanto, principalmente as



máquinas pesadas e caminhões precisam estar em pleno funcionamento para possa realizar os serviços na zona rural do município.

- 3.5.** Assim, visando melhorias nas condições de trafegabilidade e conforto aos usuários das ruas e avenidas não asfaltadas e estradas vicinais do município, este processo tem como finalidade, contribuir com a segurança no deslocamento, menor desgaste dos veículos, trazer maior perspectiva no desenvolvimento econômico e social do município.
- 3.6.** Podemos ainda citar, que principalmente no período chuvoso muitas pontes de madeira ficam danificadas e é necessário realizar trabalhos de recuperação nessas pontes para que os munícipes consigam transitar e apenas com o auxiliar de máquinas e caminhões é necessário realizar a recuperação de pontes de madeira.
- 3.7.** A necessidade da contratação dos serviços se faz necessária devido a essa secretaria possuir poucos mecânicos no seu quadro de funcionários e também pelo fato de algum problema nas máquinas e caminhões só serem diagnosticados através de aparelhos específicos, no qual essa secretaria não possui.
- 3.8.** O quantitativo a ser registrado foi baseado em levantamento realizado por mecânicos e pelo secretário desta pasta, onde estipula-se que o quantitativo dê para atender essa secretaria pelo período de 12 (doze) meses.
- 3.9.** Assim, a necessidade da contratação se evidencia no atendimento aos propósitos desta secretaria, permitindo o avanço dos trabalhos que são executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

Item	Código	Discriminação	Und	Quant
1	30674	REVISÃO BOMBA ALTA CP3 (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20
2	30675	REVISÃO INJETOR COMON RAIL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO, IVECO, MÁQUINAS PESADAS NEW HOLLAND COM INJEÇÃO E CAMIONETE ANO ACIMA DE 2008), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	18
3	30676	TESTES INJETOR COMON RAIL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO, IVECO, MÁQUINAS PESADA NEW HOLLAND COM INJEÇÃO E CAMIONETE ANO ACIMA DE 2008), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	20
4	30677	TESTE DE INTERCOOLER (CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E CAMIONETES COM INTERCOOLER), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	20



5	30678	REPARO MODULO DE INJECAO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO ELETRONICA), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20
6	30679	REPARO MODULO GABINE UNIDADE LOGICA (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20
7	30680	REPARO MODULO GABINE PTM (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20
8	30681	SERVIÇO ELETRONICO CAMBIO ZF/EANTON (CAMINHÕES FORD E IVECO), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	20
9	30682	SERVIÇO REVISÃO PREVENTIVA SISTEMA ARLA 32 (CAMINHÕES ANO ACIMA DE 2012), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	20
10	30683	SERVIÇO CORRETIVO SISTEMA ARLA 32 (CAMINHÕES ANO ACIMA DE 2012), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	25
11	30684	DIAGNÓSTICO COM APARELHO MULTI-MARC (TODOS VEÍCULOS A DIESEL, EXCETO MÁQUINAS PESADAS), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25
12	30685	DIAGNOSTICO C/APARELHOS ORIGINAIS (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25
13	30686	DIAGNOSTICO MAQUINA (TODAS MÁQUINAS PESADAS COM INJEÇÃO EXCETO CATERPILLAR), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25
14	30687	SERVIÇO VELOCIMETRO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
15	30688	SERVIÇO FREIO MOTOR (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
16	30689	SERVIÇO REPARO PAINEL (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
17	30690	REPARO CHICOTE CHASSIS (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25



18	30691	REPARO CHICOTE PAINEL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
19	30692	TROCA TURBINA MAN D08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 6 meses	SERVIC	8
20	30693	SERVIÇO CURTO CHICOTE MOTOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	24
21	30694	REPARO CHICOTE SENSORES MOTOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
22	30695	REVISÃO GRUPO VALVULA CAMBIO ZF (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 6 meses	SERVIC	15
23	30696	REPARO MODULO CAMBIO TCU (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	26
24	30697	SERVIÇO ELETRICO TRANSMISSÃO CATERPILLAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	24
25	30698	SERVIÇO INJEÇÃO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO ELETRÔNICA), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
26	30699	SERVIÇO CURTO CHICOTE ACELERADOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
27	30700	SERVIÇO CURTO VALVULA TURBO (CAMINHÃO VW, CAMIONETE HILUX E S10), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
28	30701	SERVIÇO CURTO REDE CAN (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
29	30702	SERVIÇO ELETRICO BLOQUEIO (CAMINHÕES COM TRAÇÃO 6X4), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20
30	30703	SERVIÇO TROCA VISCOSA (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), será realizado a desmontagem e montagem da peça no local e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20



31	30704	SERVIÇO TRANSFERENCIA CAMBIO ZF (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20
32	30705	CALIBRAÇÃO MODULO CUMMINS CM2150 (CAMINHÕES FORD CARGO), deverá ser realizado serviço com garantia de 3 meses	SERVIC	10
33	30706	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA CATERPILAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	10
34	30707	SERVIÇO EGR VW/MAN, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	16
35	30708	TROCA JUNTA CABEÇOTE VW/MAN D-08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	15
36	30709	TROCA AFTER COOLER VW/MAN D-08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
37	30710	SERVIÇO ELETRONICO TRANSMISSÃO ZF (PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND E CASE), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	25
38	30711	SERVIÇO DIAGNÓSTICO CATERPILLAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	25
39	30712	SERVIÇO ELETRO HIDRAULICO ESCAVADEIRA, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
40	30713	SERVIÇO TROCA PARAMETROS PTM (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
41	30714	SERVIÇO TROCA PARAMETROS L.U (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

- 5.1. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

6. ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS COMO COMUM

- 6.1. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os bens/serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.



7. QUANTITATIVO A SER REGISTRADO

- 7.1. Estima-se que o quantitativo de objetos a serem contratados dê para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura pelo período de 12 (doze) meses.

8. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. Os serviços deverão ser realizados na sede da empresa vencedora ou se houver necessidade deverão ser executados no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, localizado na Avenida Minas Gerais, nº 4626, Bairro Cidade Alta, CEP 76.954-000.
- 8.2. Os serviços de diagnóstico deverão ser executados em até 24 (vinte e quatro) horas, após o comunicado a empresa.
- 8.3. O prazo para execução do serviço será de 3 (três) dias consecutivos a depender da complexidade do serviço a ser executado, contados a partir do primeiro dia útil do recebimento pela empresa da Nota de Empenho ou documento equivalente.
- 8.4. Os serviços deverão ser executados de forma fracionada, conforme quantidade e especificações contidas na Nota de Empenho ou documento equivalente.
- 8.5. Em conformidade com a Lei geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021), após a realização do serviço o bem será recebido de forma provisória, após realização de testes e conferência pelo secretário ou responsável por ele designado e verificação do pleno funcionamento e da conformidade com as especificações previstas no termo de referência o bem será recebido em definitivo.
- 8.6. O bem recebido, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido da seguinte forma:
- Provisoriamente, de forma sumária, no prazo máximo de 2 (dois) dias, pelo secretário ou responsável por ele designado, com verificação posterior da conformidade dos objetos com as exigências contratuais;
 - Definitivamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias, pelo secretário ou responsável por ele designado, mediante documento que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.7. Constatada qualquer irregularidade, a vencedora da licitação, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 2 (dois) dias, a partir da notificação, para fazer a regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.
- 8.8. O período compreendido entre a execução do serviço e a notificação para a realizar o reparo não será contabilizado para efeito de contagem de prazos para regularização do mesmo.
- 8.9. Caso seja constatado que o bem ainda apresente defeito e em desacordo com as especificações do Edital, a contagem do prazo para regularização não será interrompida.
- 8.10. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para regularização, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.



9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias, após processamento da nota fiscal pelo setor de execução orçamentária, através de depósito bancário, após execução do serviço e entrega do bem em local designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Alta Floresta D'Oeste - RO, comprovada a adequação com o disposto no edital.
- 9.2. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho e os Dados Bancários da empresa.
- 9.3. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência não será aprovada e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.
- 9.4. A devolução da nota fiscal não aproveita pelo setor de pagamento em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.
- 9.5. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO efetuará o pagamento da nota fiscal, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas, sendo efetuado a retenção da fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 9.6. Todos os pagamentos estão sujeitos à **ordem cronológica de pagamento** instituída pela Administração Municipal.
- 9.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal e os documentos abaixo relacionados:
- 9.7.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.7.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 9.7.3. Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da Licitante;
- 9.7.4. Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da Licitante;
- 9.7.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.
- 9.7.6. Consulta Simples Nacional no site da Receita Federal para fins de isenção do imposto de renda retido na fonte.

10. PENALIDADES

- 10.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir com as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas as penalidades previstas pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a saber: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar declaração de inidoneidade.



11. HABILITAÇÃO

- 11.1.** As empresas que tiverem interesse em participar do certame licitatório deverão estar em um raio de até 150 km do município de Alta Floresta D'Oeste – RO, haja vista que contratar empresas em locais mais distantes podem gerar atrasos nos serviços que são realizados por essa secretaria e também ficar mais oneroso para essa secretaria para realizar o deslocamento dos veículos até a sede da empresa.
- 11.2.** A proponente deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante já executou serviço satisfatoriamente, objeto compatível ou correlacionado com o desta licitação.
- 11.3.** O atestado/declaração deverá conter, no mínimo: o nome da empresa/órgão contratante, o nome no responsável por sua emissão e telefone para contato, caso necessário.
- 11.4.** No momento do certame licitatório, todas as empresas deverão estar com as certidões válidas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.5.** Caso alguma certidão estiver em desconformidade, a empresa será desclassificada.

12. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1.** As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

Projeto/Atividade: 2034 – Manutenção das Atividades da Infraestrutura;

Projeto/Atividade: 2518 – Manutenção das Linhas Vicinais do Município;

Elemento de Despesa 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade.*

13. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

- 13.1.** Esse processo terá um custo médio de 949.043,75 (Novecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme análise de cotação nº 45/2023 gerada pelo sistema elotech.

14. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

- 14.1.** Os objetos serão adjudicados por item, onde o critério será o de menor preço por item.

15. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E/OU CANCELAMENTO DA ATA

- 15.1.** A inexecução contratual ensejará na extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII – DAS HIPÓTESES DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, da lei n. 14.133, nos seguintes modos:
- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



- 15.2.** O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Administração Pública o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 15.3.** O cancelamento unilateral, com fundamento do inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item ou itens acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independente de outras penalidades.
- 15.4.** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e ampla defesa.

16. DEMAIS CONDIÇÕES DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1.** O processo deverá gerar ata de registro de preço, ocorrendo as solicitações de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 16.2.** À(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar será assegurado o direito de preferência ao registro de preço em ata.
- 16.3.** A ata de registro de preços é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para eventual e futura aquisição, na tal se registra a(s) licitante(s) classificada(s) e o(s) item(s) com o(s) respectivo(s) valor(es) unitário(s) e total(is).
- 16.4.** A existência do preço registrado não obriga as secretarias a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à vencedora da licitação preferência em igualdade de condições.
- 16.5.** Homologado o procedimento, será convocado a primeira classificada, em ordem crescente de preços, para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação por escrito, assinar a(s) respectiva(s) ata(s) de registro de preços, cuja minuta integra o Edital, sob pena de decair o direito ao registro de preços.
- 16.6.** O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, que por igual período, quando solicitado pela licitante durante o ser transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública.
- 16.7.** Caso a vencedora não assine a ARP será imediatamente convocada a licitante participante do cadastro reserva, obedecida a ordem dos lances, para comprovar o cumprimento das especificações do edital e as condições de habilitação.
- 16.8.** Ao assinar(em) a(s) ata(s), a(s) licitante(s) vencedora(s) passará(ão) à denominação de detentora(s) da ata, comprometendo-se a cumprir todas as condições determinadas no Edital e na proposta apresentada.
- 16.9.** O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada o preço vantajoso.
- 16.10.** A formalização do pedido de entrega do(s) produto(s) dar-se-á por intermédio do instrumento denominado Nota de Empenho.



- 16.11. O envio da Nota de Empenho dar-se-á, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica, para o e-mail fornecido pela vencedora da licitação, ficando sob responsabilidade desta qualquer alteração de endereço eletrônico.
- 16.12. Caso não seja possível o envio da Nota de Empenho por meio de comunicação eletrônica, serão utilizados outros meios de comunicação previstos em lei, devendo a vencedora da licitação retirar a Nota da Empenho no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 16.13. O recebimento da Nota de Empenho obrigará a vencedora da licitação a efetuar a entrega do objeto pelo valor registrado.
- 16.14. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da ata de registro de preços, sujeitando-se a vencedora da licitação às sanções administrativas pertinentes.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 17.1. Executar os serviços com qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 17.2. Executar todos os serviços sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 17.3. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca e dúvidas e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;
- 17.4. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;
- 17.5. É vedada a subcontratação total e parcial do contrato;
- 17.6. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- 17.7. Executar os serviços em local e prazo estabelecidos no Termo de Referência e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo manter a eficiência e eficácia na execução do serviço.
- 17.8. Manter quadro pessoal suficiente para atendimento da CONTRATANTE, sem interrupções, seja por motivo de férias, greve, falta de estoque de material, licença, falta de servidores. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 17.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte do objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- 17.10. O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas;
- 17.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;



- 17.12.** Responder pelos danos causados diretamente a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Administração Pública;
- 17.13.** Comunicar à Administração Pública, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 17.14.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Instrumento Convocatório;
- 17.15.** Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente;
- 17.16.** O CONTRATADO deverá fornecer contato de fácil acesso através do WhatsApp e e-mail para que a CONTRATANTE envio empenho ou questionamento que vierem a existir;
- 17.17.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saudá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 17.18.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 17.19.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- 17.20.** A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 18.1.** Promover o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, por intermédio do responsável designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 18.2.** Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO, relativo à execução dos serviços;
- 18.3.** Realizar rigorosa conferência dos serviços executados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel, correta do objeto;
- 18.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações;
- 18.5.** Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;



- 18.6.** Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 18.7.** Efetuar a publicação da ata de registro de preços na forma da lei;
- 18.8.** Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1.** Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.
- 19.2.** O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios da Administração Pública, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações e não se afastando a possibilidade de arcar perdas e danos que essa Administração venha a sofrer.
- 19.3.** Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.
- 19.4.** As comunicações oficiais referentes à presente execução dos serviços poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documento apresentados pela empresa.
- 19.5.** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerado válida, na ausência de confirmação, a comunicação da data do termino do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

20. LOCAL E DATA, ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO ORDENADOR DE DESPESAS

O presente termo de referência foi elabora por:

Alisson Sabai da Silva

Analista Nível I

Portaria n.º 315/2022/GAB

Alta Floresta D'Oeste – RO, 12 de março de 2024

Ederson Luiz Savegnago

Secretário Municipal

De Infraestrutura

Aprovo o presente Termo de Referência.

Giovan Damo

Prefeito Municipal

Alta Floresta D'Oeste – RO

Gestão 2021 – 2024



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI 14.133

21. INTRODUÇÃO

- 21.1.** As contratações municipais produzem um certo impacto na atividade econômica, tendo em visto que os recursos envolvidos são instrumento de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.
- 21.2.** A Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Neste sentido, afirma que o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.
- 21.3.** Desta forma, buscamos formalizar Ata de Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM BOMBAS INJETORAS, INJEÇÃO ELETRÔNICA E DEMAIS SERVIÇOS EM VEÍCULOS**, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, por um período de 12 (doze) meses.

22. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 22.1.** Os serviços a serem contratados serão utilizados para realizar conserto em veículos tipo camionete, caminhão, retroescavadeira, pá carregadeira e escavadeira hidráulica que compõem a frota oficial de veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Onde essa secretaria possui o seguinte quantitativo de veículos em pleno funcionamento atualmente:
- g) Camionete = 7 unidades;
 - h) Retroescavadeira = 7 unidades;
 - i) Caminhão = 17 unidades;
 - j) Pá carregadeira = 3 unidades;
 - k) Escavadeira hidráulica = 4 unidades;
 - l) Motoniveladora = 5 unidades.
- 22.2.** Considerando que se faz necessário a contratação uma vez que a Secretaria Municipal de Infraestrutura depende diariamente de diversos veículos que realizam a demanda de serviços que são de responsabilidade dessa secretaria. Visto que são realizados serviços de manutenção e recuperação das estradas vicinais, manutenção e construção de pontes, manutenção e construção de bueiros, saídas de água, manutenção e recuperação de ruas e avenidas do município e demais serviços que são realizados por essa secretaria.
- 22.3.** Devido a utilização diária dos veículos, ocorre um maior desgaste nas peças que compõem os veículos, fazendo com que seja necessário a realização de manutenção e conserto com maior frequência para que os mesmos estejam aptos a ser utilizados e assim atender a demanda de serviços que chegam até essa secretaria.
- 22.4.** Vale destacar que o município possui uma extensa malha viária não pavimentada e no período chuvoso na região diversas estradas vicinais ficam danificadas e necessitam ser recuperadas para que os munícipes consigam transitar. Portanto, principalmente as



máquinas pesadas e caminhões precisam estar em pleno funcionamento para possa realizar os serviços na zona rural do município.

- 22.5.** Assim, visando melhorias nas condições de trafegabilidade e conforto aos usuários das ruas e avenidas não asfaltadas e estradas vicinais do município, este processo tem como finalidade, contribuir com a segurança no deslocamento, menor desgaste dos veículos, trazer maior perspectiva no desenvolvimento econômico e social do município.
- 22.6.** Podemos ainda citar, que principalmente no período chuvoso muitas pontes de madeira ficam danificadas e é necessário realizar trabalhos de recuperação nessas pontes para que os munícipes consigam transitar e apenas com o auxilia de máquinas e caminhões é necessário realizar a recuperação de pontes de madeira.
- 22.7.** A necessidade da contratação dos serviços se faz devido a essa secretaria possuir poucos mecânicos no seu quadro de funcionários e também pelo fato de algum problema nas máquinas e caminhões só serem diagnosticados através de aparelhos específicos, no qual essa secretaria não possui.
- 22.8.** O quantitativo a ser registrado foi baseado em levantamento realizado por mecânicos e pelo secretário desta pasta, onde estipula-se que o quantitativo dê para atender essa secretaria pelo período de 12 (doze) meses.
- 22.9.** Assim, a necessidade da contratação se evidencia no atendimento aos propósitos desta secretaria, permitindo o avanço dos trabalhos que são executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

23. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 23.1.** Lei n. 14.133/2021, como peça integrante e indissociável de um procedimento licitatório.

24. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item	Código	Discriminação	Und	Quant
1	30674	REVISÃO BOMBA ALTA CP3 (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20
2	30675	REVISÃO INJETOR COMON RAIL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO, IVECO, MÁQUINAS PESADAS NEW HOLLAND COM INJEÇÃO E CAMIONETE ANO ACIMA DE 2008), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	18
3	30676	TESTES INJETOR COMON RAIL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO, IVECO, MÁQUINAS PESADA NEW HOLLAND COM INJEÇÃO E CAMIONETE ANO ACIMA DE 2008), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	20



4	30677	TESTE DE INTERCOOLER (CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E CAMIONETES COM INTERCOOLER), deverá ser realizado com aparelho específico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	20
5	30678	REPARO MODULO DE INJEÇÃO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO ELETRONICA), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20
6	30679	REPARO MODULO GABINE UNIDADE LOGICA (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20
7	30680	REPARO MODULO GABINE PTM (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20
8	30681	SERVIÇO ELETRONICO CAMBIO ZF/EANTON (CAMINHÕES FORD E IVECO), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	20
9	30682	SERVIÇO REVISÃO PREVENTIVA SISTEMA ARLA 32 (CAMINHÕES ANO ACIMA DE 2012), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	20
10	30683	SERVIÇO CORRETIVO SISTEMA ARLA 32 (CAMINHÕES ANO ACIMA DE 2012), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	25
11	30684	DIAGNÓSTICO COM APARELHO MULTI-MARC (TODOS VEÍCULOS A DIESEL, EXCETO MÁQUINAS PESADAS), deverá ser realizado com aparelho específico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25
12	30685	DIAGNOSTICO C/APARELHOS ORIGINAIS (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizado com aparelho específico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25
13	30686	DIAGNOSTICO MAQUINA (TODAS MÁQUINAS PESADAS COM INJEÇÃO EXCETO CATERPILLAR), deverá ser realizado com aparelho específico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25
14	30687	SERVIÇO VELOCIMETRO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
15	30688	SERVIÇO FREIO MOTOR (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
16	30689	SERVIÇO REPARO PAINEL (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25



17	30690	REPARO CHICOTE CHASSIS (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
18	30691	REPARO CHICOTE PAINEL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
19	30692	TROCA TURBINA MAN D08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 6 meses	SERVIC	8
20	30693	SERVIÇO CURTO CHICOTE MOTOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	24
21	30694	REPARO CHICOTE SENSORES MOTOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
22	30695	REVISÃO GRUPO VALVULA CAMBIO ZF (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 6 meses	SERVIC	15
23	30696	REPARO MODULO CAMBIO TCU (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	26
24	30697	SERVIÇO ELETRICO TRANSMISSÃO CATERPILLAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	24
25	30698	SERVIÇO INJEÇÃO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO ELETRÔNICA), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25
26	30699	SERVIÇO CURTO CHICOTE ACELERADOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
27	30700	SERVIÇO CURTO VALVULA TURBO (CAMINHÃO VW, CAMIONETE HILUX E S10), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
28	30701	SERVIÇO CURTO REDE CAN (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
29	30702	SERVIÇO ELETRICO BLOQUEIO (CAMINHÕES COM TRAÇÃO 6X4), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20



30	30703	SERVIÇO TROCA VISCOSA (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), será realizado a desmontagem e montagem da peça no local e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20
31	30704	SERVIÇO TRANSFERENCIA CAMBIO ZF (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20
32	30705	CALIBRAÇÃO MODULO CUMMINS CM2150 (CAMINHÕES FORD CARGO), deverá ser realizado serviço com garantia de 3 meses	SERVIC	10
33	30706	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA CATERPILAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	10
34	30707	SERVIÇO EGR VW/MAN, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	16
35	30708	TROCA JUNTA CABEÇOTE VW/MAN D-08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	15
36	30709	TROCA AFTER COOLER VW/MAN D-08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20
37	30710	SERVIÇO ELETRONICO TRANSMISSÃO ZF (PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND E CASE), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	25
38	30711	SERVIÇO DIAGNÓSTICO CATERPILLAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	25
39	30712	SERVIÇO ELETRO HIDRAULICO ESCAVADEIRA, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
40	30713	SERVIÇO TROCA PARAMETROS PTM (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25
41	30714	SERVIÇO TROCA PARAMETROS L.U (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25

No ano de 2023 não foi contratado nenhum dos itens da tabela e os quantitativos dos serviços a serem contratados foi informado através de levantamento realizado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e mecânicos desta secretaria levando em consideração a quantidade de veículos informada no tópico acima.

25. LEVANTAMENTO DE MERCADO

25.1. Considerando que essa secretaria possui uma quantidade reduzida de mecânicos e não possui aparelhos especializados para realizar alguns serviços, optamos em realizar a



contratação de serviços em bombas injetoras, injeção eletrônica e demais serviços em veículos.

- 25.2.** Diante do contexto e da nossa realidade, entendemos que realizar a contratação de empresa especializada em realizar alguns serviços em máquinas pesadas e caminhões é a melhor opção.
- 25.3.** O levantamento dos valores praticados no mercado foi realizado por empresas no município e em município vizinho, pois entendemos que é inviável realizar os serviços em municípios muito distantes, haja vista, que isso pode realizar atrasos nos serviços que são executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 25.4.** Vale ainda destacar que existem diversas empresas em municípios vizinhos que conseguem atender aos serviços que estão previstos neste ETP.

26. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 26.1.** Com base na pesquisa realizada nas empresas de materiais para construção, verificou-se que o valor estimado deste processo é de R\$ 949.043,75 (Novecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme análise de cotação nº 45/2023 gerada pelo sistema elotech.

27. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 27.1.** Contratação de serviços em bombas injetoras, injeção eletrônica e demais serviços em máquinas pesadas e caminhões que compõem a frota oficial de veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Alta Floresta D'Oeste – RO.
- 27.2.** REQUISITOS DE GARANTIA:
- 27.3.** A contratada estará obrigada a cumprir a realizar o serviço novamente sem custo caso o veículo consertado apresentar o mesmo defeito e estiver em período de garantia previsto em cada item;
- 27.4.** Os serviços de garantia deverão ser prestados obrigatoriamente na sede da empresa vencedora, durante o período de cobertura da garantia, sempre sob a responsabilidade da contratada;
- 27.5.** O atendimento ao(s) chamado(s) para conserto ou diagnóstico dentro do período de garantia, deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de abertura do chamado (por e-mail, telefone ou website);
- 27.6.** O prazo para conserto ou diagnóstico do veículo defeituoso deve ocorrer em no máximo 2 (dois) dias úteis após a abertura do chamado.

28. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

- 28.1.** O Parcelamento da solução é a regra, conforme disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, optou-se pela licitação por itens para que se tenha ampla concorrência, aumentando a competitividade dos objetos.



29. BENS DE CONSUMO (COMUM E LUXO)

- 29.1. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os bens/serviços descritos neste ETP não possuem características de bem de luxo, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

30. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 30.1. Com a realização bem-sucedida da contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados e benefícios;

- **Continuidade dos serviços:** a contratação dos serviços garante que as máquinas pesadas e caminhões estejam em pleno funcionamento e assim essa secretaria consegue atender toda a demanda de serviço que é de responsabilidade dela.;
- **Atendimento dos munícipes:** diariamente munícipes trazem até essa secretaria necessidades que precisam ser atendidas, seja na zona urbana, seja na zona rural e com a frota de veículos toda disponível fica mais fácil atender aos pedidos dos munícipes.
- **Facilidade no escoamento das produções agrícolas:** a Secretaria Municipal de Infraestrutura realiza trabalhos de recuperação das estradas vicinais buscando facilitar o escoamento das produções agrícolas da região e assim beneficiando os produtores rurais;
- **Transporte de alunos:** essa secretaria utiliza os veículos para realizar a recuperação das estradas vicinais e melhorar o transporte dos alunos que moram na zona rural e necessitam se deslocar até as escolas;
- **Recuperação e construção de pontes:** no município de Alta Floresta D'Oeste – RO existem diversas pontes de madeira, onde principalmente no período chuvoso é necessário realizar a recuperação de diversas dessas pontes, onde são utilizados os veículos e equipe da Secretaria Municipal de Infraestrutura para realizar a recuperação das mesmas e assim facilitar o transporte dos munícipes.
- **Recuperação de ruas e avenidas:** diversas ruas e avenidas do município ainda não são asfaltadas e durante são realizados alguns trabalhos de recuperação dessas ruas e avenidas com o auxílio de máquinas desta secretaria.

- 30.2. Em conclusão, a contratação dos serviços em máquinas pesadas e caminhões é de suma importante para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pois são veículos de alto valor e que são utilizados diariamente tanto na zona rural, como na zona urbano para atender a diversos serviços conforme citado acima.

31. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 31.1. Devido à grande extensão do município de Alta Floresta D'Oeste – RO, existe uma grande demanda de serviços a serem realizados no município, onde essa secretaria busca realizar os serviços com agilidade e eficácia e para isso ocorra é necessário utilizar o auxílio de máquinas e caminhões.



31.2. Nesta perspectiva, os objetos do presente ETP buscam servir a essa secretaria em 2024 e 2025, visando garantir a continuidade dos serviços que são realizados por essa secretaria.

31.3. Cabe destacar, que os objetos descritos neste documento não estão no planejamento de 2024, entretanto, diante da necessidade da contratação dos mesmos e da disponibilidade de recurso orçamentário, torna-se indispensável a contratação dos serviços, visando contribuir com os serviços que são realizados por essa secretaria.

32. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

32.1. Não existem contratações relacionadas aos serviços que se pretende contratar através desse processo.

33. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

33.1. Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

34. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

34.1. Os impactos ambientais poderão estar relacionados no momento da execução dos serviços.

35. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

35.1. O Estudo Preliminar foi conduzido de forma a demonstrar se a pretendida irá contribuir com os serviços que são executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura

35.2. Os questionamentos em apreço foram respondidos de maneira assertiva ao tempo em que foram elaborados os estudos contidos neste ETP.

35.3. Sendo assim, se dá por encerrado o ETP, motivo pelo qual assegura a viabilidade da contratação para solução de alguns problemas.

35.4. Os estudo preliminares evidenciaram que a contratação se mostra possível, haja vista que as máquinas e caminhões precisam estar em pleno funcionamento para que essa secretaria consiga atender a demanda de serviço que é de sua responsabilidade, motivo pelo qual assegura a viabilidade da contratação.

35.5. Diante do exposto, atesta-se a viabilidade da contratação pretendida.

36. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Alisson Sabai da Silva

Analista Nível I

Portaria n.º 315/2022/GAB

Alta Floresta D'Oeste – RO, 21 de março de 2024.



ANEXO III
MODELO PROPOSTA DEFINITIVA

Item	Código	Discriminação	Und	Quant	Vlr unit	Vlr total
1	30674	REVISÃO BOMBA ALTA CP3 (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20	1137,50	
2	30675	REVISÃO INJETOR COMON RAIL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO, IVECO, MÁQUINAS PESADAS NEW HOLLAND COM INJEÇÃO E CAMIONETE ANO ACIMA DE 2008), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	18	437,50	
3	30676	TESTES INJETOR COMON RAIL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO, IVECO, MÁQUINAS PESADA NEW HOLLAND COM INJEÇÃO E CAMIONETE ANO ACIMA DE 2008), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	20	180,00	
4	30677	TESTE DE INTERCOOLER (CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E CAMIONETES COM INTERCOOLER), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	20	298,75	
5	30678	REPARO MODULO DE INJEÇÃO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO ELETRONICA), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20	1962,50	
6	30679	REPARO MODULO GABINE UNIDADE LOGICA (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20	1112,50	
7	30680	REPARO MODULO GABINE PTM (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	20	1225,00	
8	30681	SERVIÇO ELETRONICO CAMBIO ZF/EANTON (CAMINHÕES FORD E IVECO), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	20	1037,50	
9	30682	SERVIÇO REVISÃO PREVENTIVA SISTEMA ARLA 32 (CAMINHÕES ANO ACIMA DE 2012), devera a	SERVIC	20	1595,00	



		empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses				
10	30683	SERVIÇO CORRETIVO SISTEMA ARLA 32 (CAMINHÕES ANO ACIMA DE 2012), devera a empresa se responsabilizar pela garantia do serviço pelo prazo de 6 meses	SERVIC	25	2362,50	
11	30684	DIAGNÓSTICO COM APARELHO MULTI-MARC (TODOS VEÍCULOS A DIESEL, EXCETO MÁQUINAS PESADAS), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25	292,50	
12	30685	DIAGNOSTICO C/APARELHOS ORIGINAIS (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25	495,00	
13	30686	DIAGNOSTICO MAQUINA (TODAS MÁQUINAS PESADAS COM INJEÇÃO EXCETO CATERPILLAR), deverá ser realizado com aparelho especifico e após, relatar qual problema foi diagnosticado	SERVIC	25	387,50	
14	30687	SERVIÇO VELOCIMETRO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25	276,25	
15	30688	SERVIÇO FREIO MOTOR (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25	1342,50	
16	30689	SERVIÇO REPARO PAINEL (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25	2352,50	
17	30690	REPARO CHICOTE CHASSIS (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25	2252,50	
18	30691	REPARO CHICOTE PAINEL (CAMINHÕES VW, FORD, VOLVO E IVECO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25	3025,00	
19	30692	TROCA TURBINA MAN D08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 6 meses	SERVIC	8	787,50	



20	30693	SERVIÇO CURTO CHICOTE MOTOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	24	1697,50	
21	30694	REPARO CHICOTE SENSORES MOTOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25	1550,00	
22	30695	REVISÃO GRUPO VALVULA CAMBIO ZF (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 6 meses	SERVIC	15	525,00	
23	30696	REPARO MODULO CAMBIO TCU (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	26	1100,00	
24	30697	SERVIÇO ELETRICO TRANSMISSÃO CATERPILLAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	24	2635,00	
25	30698	SERVIÇO INJEÇÃO (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO ELETRÔNICA), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 3 meses	SERVIC	25	1612,50	
26	30699	SERVIÇO CURTO CHICOTE ACELERADOR (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20	695,00	
27	30700	SERVIÇO CURTO VALVULA TURBO (CAMINHÃO VW, CAMIONETE HILUX E S10), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20	612,50	
28	30701	SERVIÇO CURTO REDE CAN (QUALQUER VEÍCULO A DIESEL COM INJEÇÃO), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20	1275,00	
29	30702	SERVIÇO ELETRICO BLOQUEIO (CAMINHÕES COM TRAÇÃO 6X4), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20	375,00	
30	30703	SERVIÇO TROCA VISCOSA (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), será realizado a desmontagem e	SERVIC	20	330,00	



		montagem da peça no local e garantia incluso de 4 meses				
31	30704	SERVIÇO TRANSFERENCIA CAMBIO ZF (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	20	527,50	
32	30705	CALIBRAÇÃO MODULO CUMMINS CM2150 (CAMINHÕES FORD CARGO), deverá ser realizado serviço com garantia de 3 meses	SERVIC	10	1350,00	
33	30706	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA CATERPILAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	10	1897,50	
34	30707	SERVIÇO EGR VW/MAN, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	16	650,00	
35	30708	TROCA JUNTA CABEÇOTE VW/MAN D-08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	15	2150,00	
36	30709	TROCA AFTER COOLER VW/MAN D-08 (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	20	660,00	
37	30710	SERVIÇO ELETRONICO TRANSMISSÃO ZF (PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND E CASE), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 4 meses	SERVIC	25	2432,50	
38	30711	SERVIÇO DIAGNÓSTICO CATERPILLAR, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso de 4 meses	SERVIC	25	1312,50	
39	30712	SERVIÇO ELETRO HIDRAULICO ESCAVADEIRA, deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25	1650,00	
40	30713	SERVIÇO TROCA PARAMETROS PTM (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses	SERVIC	25	1137,50	
41	30714	SERVIÇO TROCA PARAMETROS L.U (CAMINHÕES VW 31-280 E 26-280), deverá ser realizada	SERVIC	25	1612,50	



		retirada, troca de peças, a montagem e garantia incluso 3 meses				
--	--	---	--	--	--	--

Valor global ofertado: R\$ _____ (_____).

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os meios comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado.

_____ - ____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e nome legível do proponente



ANEXO IV – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

- 1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- 1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;
- 2.4. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;
- 2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. REGULARIDADE ECONÔMICA –FINANCEIRA.

- 3.1. Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br,



respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D OESTE-RO
PREGÃO ELETRONICO N.º 02/2024

A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação..... de do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DOESTE.

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.



9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO **AO EDITAL**

12.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)